



Boletim PNAD

Resultados da PNAD 2012

Rendimento da população

Setembro de 2014

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento (Seplan)
José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Pesquisas (Dipeq)
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Pesquisas Sociais (Copes)
Roberto Maximiano Pereira

Coordenação Editorial
Armando Affonso de Castro Neto

Equipe Técnica
Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)
Normalização
Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)
Ana Paula Porto

Editoria-geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão
Laura Dantas

Editoria de Arte e de Estilo
Projeto Gráfico
Editoração
Ludmila Nagamatsu

Ilustração de capa
Stock.xchng/Billy Alexander

Boletim PNAD [recurso eletrônico] / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. v. 1, n. 1 (2014 -). — Salvador : SEI, 2014.

v.1
n.1
Trimestral
ISSN

CDU 304 (047)

Av. Luiz Viana Filho, 4º Av., 435, CAB.
Cep: 41.745-002, Salvador (BA)
Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

RESULTADOS DA PNAD 2012 – RENDIMENTO DA POPULAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Este boletim dá continuidade às investigações temáticas iniciadas pela SEI em 2012, a partir da construção de indicadores com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em abril de 2014, o IBGE disponibilizou os microdados da PNAD, de 2001 a 2012, com uma nova reponderação para toda a série. Na divulgação dos resultados de 2012 para o estado da Bahia, portanto, foi preciso rever os indicadores já publicados pela SEI para os anos anteriores. Neste sentido, o recorte temporal adotado abrange os anos de 2006 a 2012. Este número busca investigar o comportamento do rendimento da população baiana no período adotado. Anteriormente, foi divulgado o boletim com o tema condições de moradia, sendo que a SEI irá lançar, ainda, os boletins referentes aos temas: trabalho infantil, educação e mercado de trabalho.

RENDIMENTO NA BAHIA NO PERÍODO 2006-2012

O rendimento médio da população da Bahia aumentou 25% em termos reais entre 2006 e 2012, passando de R\$ 773 para R\$ 967 no período. Na zona urbana cresceu de R\$ 924 para R\$ 1.104, e, na zona rural, passou de R\$ 428 para R\$ 549 entre 2006 e 2012. O crescimento da renda pessoal foi acompanhado também pela redução da desigualdade no estado, conforme a Tabela 1.

A Tabela 1 mostra o rendimento médio por decil da população, ordenado por apropriação de renda de cada decil. Os 10% mais pobres, com uma renda pessoal média de R\$ 73,00, possuíam apenas 0,9% do total da renda na Bahia em 2006, ao passo que os 10% mais ricos, com uma renda pessoal média de R\$ 3.474,00, possuíam 44,9% do total da renda. As variações na participação da renda, entre 2006 e 2012, foram tímidas, apesar de se verificar redução da desigualdade entre os anos, tendo os decis mais ricos uma redução na participação, ao passo que os mais pobres cresceram em participação no total da renda do estado. Contudo, verifica-se que todas as classes apresentaram ganhos reais de rendimento entre 2006 e 2012, com a renda dos mais pobres crescendo a taxas mais elevadas. Os 10% mais pobres apresentaram um crescimento real na renda média de 26,6%, ao passo que os 10% mais “ricos” apresentaram um crescimento de 22%.

O rendimento médio das pessoas no meio urbano apresentou um aumento real de 19,5% entre 2006 e 2012. O avanço maior ocorreu nos decis inferiores (que compreendem a população de mais baixa renda), sobretudo até o terceiro decil, onde o rendimento médio real aumentou; 30,7% no primeiro decil, 36,9% no segundo, e 39,1% no terceiro.

O percentual da renda apropriada pela população mais pobre também aumentou no período analisado, enquanto a renda

Tabela 1
Rendimento médio pessoal e renda apropriada por decil da população – Bahia – 2006/2012

Decis da população	2006		2012		Variação do rendimento médio 2006/2012 (%)	Variação da renda apropriada 2006/2012
	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada		
1	73	0,9	92	1,0	26,6	1,2
2	149	1,9	202	2,1	35,5	8,4
3	265	3,4	366	3,8	38,2	10,5
4	422	5,5	582	6,0	37,9	10,3
5	488	6,3	622	6,4	27,6	2,0
6	488	6,3	622	6,4	27,6	2,0
7	551	7,1	706	7,3	28,2	2,6
8	726	9,4	906	9,4	24,7	-0,3
9	1.099	14,2	1.333	13,8	21,3	-3,0
10	3.474	44,9	4.239	43,8	22,0	-2,4
Total	773	100,0	967	100,0	25,0	-

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI.
Nota: Valores em R\$ de 2012.

Tabela 2
Rendimento médio pessoal e renda apropriada por decil da população urbana – Bahia – 2006/2012

Decis da população	2006		2012		Variação do rendimento médio 2006/2012 (%)	Variação da renda apropriada 2006/2012
	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada		
1	80	0,9	104	0,9	30,7	9,3
2	197	2,1	269	2,4	36,9	14,6
3	355	3,8	494	4,5	39,1	16,5
4	488	5,3	622	5,6	27,6	6,7
5	488	5,3	622	5,6	27,6	6,7
6	524	5,7	654	5,9	24,7	4,4
7	647	7,0	790	7,2	22,1	2,2
8	898	9,7	1.061	9,6	18,1	-1,2
9	1.367	14,8	1.556	14,1	13,8	-4,7
10	4.196	45,4	4.867	44,1	16,0	-2,9
Total	924	100,0	1.104	100,0	19,5	-

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI.
Nota: Valores em R\$ de 2012.

apropriada pelas pessoas pertencentes aos últimos decis (que compreendem as pessoas que aferem maiores rendimentos) diminuiu. Nos três primeiros decis, o percentual da renda apropriada cresceu 9,3%, 14,6% e 16,5% respectivamente, enquanto nos dois últimos houve uma redução da ordem de 4,7% no nono decil e de 2,9% no décimo. Estes resultados mostram que a proporção da renda total apropriada pelos 20% mais ricos diminuiu, favorecendo uma maior apropriação da renda dos 30% mais pobres. Tais resultados apontam para uma redução da desigualdade da distribuição da renda pessoal no meio urbano, em que pese a disparidade que ainda permanece na apropriação da renda real e no rendimento médio real entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres.

O rendimento médio real no meio rural apresentou variação de 28,4%. Todos os decis apresentaram variação do rendimento real positiva, com destaque para o decil que compreende os 10% mais ricos (o décimo decil) que obteve a maior variação (36,2%).

Observa-se que, no meio rural, o crescimento da renda real da população, apesar de favorecer todas as classes de renda, é mais intensa no grupo superior, fazendo com que, em termos de participação na renda total, a apropriação de todos os decis, com exceção do 6º e do 10º, tenham diminuído.

Tabela 3
Rendimento médio pessoal e renda apropriada por decil da população rural – Bahia – 2006/2012

Decis da população	2006		2012		Variação do rendimento médio 2006/2012 (%)	Variação da renda apropriada 2006/2012
	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada	Rendimento médio (R\$)	% da renda apropriada		
1	64	1,5	76	1,4	18,2	-8,1
2	114	2,7	129	2,4	13,5	-11,5
3	159	3,7	192	3,5	21,3	-5,7
4	247	5,8	292	5,3	18,2	-8,0
5	341	8,0	428	7,8	25,5	-2,3
6	475	11,1	612	11,2	28,8	0,4
7	488	11,4	622	11,3	27,6	-0,7
8	493	11,5	625	11,4	26,7	-1,3
9	611	14,3	765	14,0	25,3	-2,4
10	1.284	30,0	1.750	31,8	36,2	6,0
Total	428	100,0	549	100,0	28,4	-

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI.

Nota: Valores em R\$ de 2012.

O Coeficiente de Gini¹, calculado para a renda domiciliar *per capita*, corrobora a afirmação de redução da desigualdade na Bahia, apesar do comportamento da renda na zona rural, uma vez que se observa uma queda de 0,557 em 2006 para 0,548 em 2012. A variação de Gini na zona urbana, de 2006 para 2012, foi de 0,555 para 0,542, e, na zona rural, de 0,439 para 0,471.

Tabela 4
Coeficiente de Gini para distribuição do rendimento domiciliar *per capita* – Bahia – 2006/2012

Situação de domicílio	2006	2012
Urbano	0,557	0,548
Rural	0,555	0,542
Total	0,439	0,471

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI

Além das variações de renda e desigualdade, verificou-se também a variação da extrema pobreza e da pobreza no estado, a partir do critério do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), definido para o Plano Brasil sem Miséria, do governo federal. Este critério leva em conta a renda domiciliar *per capita*, considerando extremamente pobres aqueles que vivem com valor igual ou menor do que R\$ 70,00 mensais por pessoa do domicílio, e pobres aqueles que vivem em domicílio com renda domiciliar *per capita* entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00. Para as pessoas que apresentaram renda zero no mês de referência da pesquisa, de acordo com a metodologia mencionada, verifica-se a existência de característica de maior probabilidade de pobreza no domicílio, sendo consideradas extremamente pobres as pessoas residentes em domicílio com pelo menos uma das características abaixo:

- sem banheiro de uso exclusivo;
- sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e sem fossa séptica;
- em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água;
- em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço na propriedade;
- sem energia elétrica;
- com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto;
- com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade;
- com pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade.

Como a linha de extrema pobreza teve valores com referência em julho de 2010, estes foram corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), correspondendo

¹ Índice que mensura distribuição em determinada amostra. O índice de Gini varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, mais desigual é a distribuição, quanto mais próximo de 0, mais equânime é a distribuição observada.

a R\$ 57,20 em 2006 e a R\$ 79,60 em 2012. A extrema pobreza diminuiu entre 2006 e 2012, com o indicador passando de 11,6% para 7,4% da população total, o que significa que aproximadamente 550 mil pessoas saíram da extrema pobreza no estado da Bahia no período analisado. Na zona urbana, o quantitativo de pessoas em extrema pobreza diminuiu por volta de 153 mil pessoas, passando de 756 mil para 603 mil de acordo com o critério do MDS/IBGE. Com isso, a taxa de extrema pobreza na zona urbana da Bahia declinou de 7,8% para 5,4%, de 2006 para 2012. Na zona rural, o número de pessoas abaixo da linha diminuiu em 395 mil, com a taxa de extrema pobreza passando de 19,5% para 13%, apesar da forte redução da população residente nas zonas rurais da Bahia entre 2006 e 2012.

Tabela 5
Evolução da extrema pobreza – Bahia – 2006/2012

Situação do domicílio	População total		População extremamente pobre		% da população em condição de extrema pobreza	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Total	14.358.234	14.976.636	1.662.066	1.112.594	11,6	7,4
Urbano	9.709.580	11.061.613	756.162	602.660	7,8	5,4
Rural	4.648.654	3.915.023	905.904	509.934	19,5	13,0

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI

A delimitação da renda domiciliar *per capita* que classifica os moradores do domicílio como pobres, corrigida pelo INPC, corresponde ao intervalo entre R\$ 57,20 e R\$ 114,40 em 2006, e ao intervalo entre R\$ 79,60 e R\$ 159,20 em 2012. A Tabela 6 mostra como foi o comportamento da pobreza na Bahia entre 2006 e 2012.

Tabela 6
Evolução da pobreza – Bahia – 2006/2012

Situação do domicílio	População total		População extremamente pobre		% da população em condição de extrema pobreza	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012
Total	14.358.234	14.358.234	14.358.234	1.842.894	21,4	12,3
Urbano	9.709.580	11.061.613	1.604.662	995.078	16,5	9,0
Rural	4.648.654	3.915.023	1.464.186	847.816	31,5	21,7

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI

A taxa de pobreza declinou de 21,4% para 12,3% entre 2006 e 2012, o que representa uma saída de aproximadamente 1,2 milhão de baianos da condição de pobreza. Na zona urbana, a pobreza declinou de 16,5% para 9%, e na zona rural de 31,5% para 21,7%, apesar de, como evidenciado anteriormente, a renda média ter crescido de forma mais acentuada na zona rural (28,4%) do que na zona urbana (19,5%) no período considerado. Observando-se as tabelas 2 e 3, entende-se que a redução da pobreza mais acentuada na zona urbana ocorreu porque a renda dos mais pobres dos domicílios desta localidade cresceu a taxas maiores do que o crescimento da renda dos mais pobres das zonas rurais do estado, apesar de a renda total ter crescido mais na zona rural.

Tabela 7
Hiato médio de pobreza e da extrema pobreza – Bahia – 2006/2012

Situação do domicílio	Hiato médio pobreza (R\$)		Hiato médio extrema pobreza (R\$)	
	2006	2012	2006	2012
Total	40,7	35,7	32,0	35,1
Urbano	37,9	32,5	30,6	37,6
Rural	43,7	39,5	33,1	33,1

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI.

Nota: Valores em R\$ de 2012.

Verifica-se também que o hiato médio da pobreza, diferença da linha superior de pobreza para a renda domiciliar *per capita* média das pessoas que vivem na condição de pobreza, diminuiu no período², passando, em termos reais, de R\$ 40,70 para R\$ 35,70. Isso significa que as pessoas pobres, em 2012, estavam, na média, menos pobres do que em 2006.

² A linha superior de pobreza, R\$ 140,00 domiciliar *per capita* em valores de 2010, corrigida para valores de 2006 e 2012, é de, respectivamente, R\$ 114,40 e R\$ 159,20. A linha de R\$ 70,00 domiciliar *per capita* de 2010 corresponde a R\$ 57,20 em 2006 e R\$ 79,60 em 2012, de renda domiciliar *per capita* corrigida pelo INPC.

Já o hiato médio da extrema pobreza cresceu no período. O hiato médio de extrema pobreza é definido como a diferença da renda média das pessoas em extrema pobreza para a linha que as delimita. Portanto, o aumento do hiato significa que a renda média das pessoas em extrema pobreza está mais distante da linha dos R\$ 70,00. A ampliação do hiato da extrema pobreza decorre da diminuição da renda média das pessoas que vivem sob essa condição entre 2006 e 2012. A dinâmica do mercado de trabalho para este grupo explica o fenômeno.

Tabela 8 População economicamente ativa por condição de extrema pobreza, situação do domicílio e condição de ocupação – Bahia – 2006/2012						
Situação do domicílio	Ocupados		Desocupados		Desocupados (%)	
	2006	2011	2006	2011	2006	2011
População extremamente pobre						
Total	523.085	282.563	111.303	102.202	17,5	26,6
Urbano	158.865	74.284	90.478	77.863	36,3	51,2
Rural	364.220	208.279	20.825	24.339	5,4	10,5
População NÃO extremamente pobre						
Total	5.933.088	6.130.469	555.119	530.310	8,6	8,0
Urbano	3.943.853	4.563.057	511.204	487.955	11,5	9,7
Rural	2.033.150	1.112.594	43.915	42.355	2,1	2,6

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI

A Tabela 8 explicita o desemprego entre dois grupos: os extremamente pobres e os que não pertencem a essa categoria, aqui denominados “não extremamente pobres”. Para tanto é considerada somente a força de trabalho, ou seja, a População Economicamente Ativa (PEA). A primeira conclusão é que a extrema pobreza no meio urbano está intimamente ligada ao mercado de trabalho. Enquanto a taxa de desemprego no meio urbano oscilou entre 11,5% e 9,7% para o grupo dos não pobres, o grupo dos extremamente pobres apresentou taxas de 36,3% e 51,2% em 2006 e 2012, respectivamente. Infere-se também que o aumento expressivo explica-se em função da forte associação que existe entre a extrema pobreza e a ocupação no meio urbano. Assim, os ganhos reais de rendimento entre os mais pobres fez com que boa parte das pessoas empregadas saísse da condição de extrema pobreza. Este argumento se reforça também pela redução do hiato de extrema pobreza: à medida que pessoas empregadas deixam a extrema pobreza por elevação da renda pessoal, a proporção de ocupados neste grupo reduz-se e, por consequência, a renda média do grupo extremamente pobre também diminui. De fato, o número de ocupados na extrema pobreza diminuiu consideravelmente, ao passo que os desocupados pouco variaram entre 2006 e 2012, com o primeiro grupo reduzindo-se em aproximadamente 240 mil pessoas, enquanto o segundo diminuiu em apenas nove mil pessoas.

A segunda conclusão relevante é a de que, na zona rural, a ocupação não é suficiente para reduzir de forma significativa a extrema pobreza. Isso fica evidente quando se afere que a taxa de desemprego entre os não extremamente pobres oscilou entre 2,1% e 2,6%, entre 2006 e 2012, e a do grupo extremamente pobre variou entre 5,5% e 10,5%, uma taxa próxima à dos não extremamente pobres da zona urbana.

APÊNDICE

Pobreza e extrema pobreza – Unidades da Federação – 2006/2012										
País/Região/UF	2006					2012				
	Extremamente pobres		Pobres		População total	Extremamente pobres		Pobres		População total
	Pessoas	%	Pessoas	%		Pessoas	%	Pessoas	%	
Brasil	11.170.099	5,9	22.320.290	11,9	187.851.823	6.604.255	3,3	12.373.874	6,2	199.683.888
Norte	1.121.582	7,4	2.801.000	18,5	15.162.160	852.493	5,1	2.108.777	12,6	16.788.525
Roraima	103.792	6,6	198.976	12,6	1.573.805	49.981	2,9	136.420	8,0	1.712.433
Acre	78.918	11,6	127.571	18,8	680.079	50.702	6,6	113.875	14,9	765.836
Amazonas	274.714	8,2	542.441	16,3	3.337.348	215.913	5,7	516.015	13,7	3.757.038
Roraima	19.966	4,8	76.053	18,1	419.587	17.303	3,6	46.374	9,6	482.070
Pará	521.280	7,2	1.525.681	21,2	7.193.583	430.257	5,5	1.077.554	13,7	7.884.509
Amapá	24.415	3,9	99.852	16,1	619.948	28.216	3,9	93.690	13,0	723.101
Tocantins	98.497	7,4	230.426	17,2	1.337.810	60.121	4,1	124.849	8,5	1.463.538
Nordeste	7.247.713	13,8	11.431.841	21,7	52.640.950	4.158.820	7,5	6.941.399	12,5	55.474.194
Maranhão	1.252.089	19,8	1.501.540	23,7	6.328.246	896.614	13,3	1.150.486	17,1	6.743.030
Piauí	567.073	18,5	682.943	22,3	3.066.514	160.280	5,0	475.205	15,0	3.174.568
Ceará	1.196.581	14,5	1.711.493	20,7	8.255.275	699.237	8,0	1.079.779	12,4	8.731.057
Rio Grande do Norte	308.084	9,9	602.228	19,3	3.115.388	152.948	4,6	342.887	10,2	3.346.951
Paraíba	410.549	11,1	700.205	19,0	3.693.573	189.672	4,9	470.491	12,1	3.888.860
Pernambuco	1.085.697	12,5	1.948.488	22,4	8.681.621	586.452	6,4	901.947	9,9	9.151.817
Alagoas	570.471	18,3	811.921	26,0	3.125.078	276.043	8,4	396.592	12,1	3.284.249
Sergipe	195.103	9,7	404.175	20,0	2.017.021	84.980	3,9	281.118	12,9	2.177.026
Bahia	1.662.066	11,6	3.068.848	21,4	14.358.234	1.112.594	7,4	1.842.894	12,3	14.976.636
Sudeste	1.763.174	2,2	5.235.639	6,6	79.497.296	1.069.400	1,3	2.160.928	2,6	83.974.115
Minas Gerais	675.177	3,5	2.050.245	10,5	19.476.008	386.859	1,9	902.442	4,4	20.481.870
Espírito Santo	139.967	4,0	331.558	9,4	3.512.483	43.709	1,1	133.282	3,5	3.802.816
Rio de Janeiro	267.127	1,7	956.695	6,1	15.649.542	270.366	1,7	549.039	3,4	16.303.394
São Paulo	680.903	1,7	1.897.141	4,6	40.859.263	368.466	0,8	576.165	1,3	43.386.035
Sul	631.050	2,3	1.706.269	6,3	27.153.392	316.866	1,1	673.975	2,4	28.631.941
Paraná	252.271	2,4	802.171	7,7	10.361.248	125.206	1,1	293.929	2,7	10.934.786
Santa Catarina	53.544	0,9	204.291	3,4	6.005.334	43.712	0,7	83.945	1,3	6.561.611
Rio Grande do Sul	325.235	3,0	699.807	6,5	10.786.810	147.948	1,3	296.101	2,7	11.135.544
Centro-Oeste	406.580	3,0	1.145.541	8,6	13.398.025	206.676	1,4	488.795	3,3	14.815.113
Mato Grosso do Sul	87.469	3,7	170.590	7,2	2.354.838	33.551	1,3	77.608	3,0	2.562.410
Mato Grosso	119.227	4,1	290.790	10,1	2.873.687	52.232	1,7	136.964	4,4	3.148.546
Goiás	151.235	2,6	529.303	9,2	5.776.488	85.234	1,3	193.264	3,0	6.364.966
Distrito Federal	48.649	2,0	154.858	6,5	2.393.012	35.659	1,3	80.959	3,0	2.739.191

Fonte: IBGE–PNAD. Cálculos da SEI



**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria do Planejamento